



Brasília/DF, 27 de dezembro de 2016.

Aos

Representantes da Comissão Paritária do Plano de Saúde, Sindicatos e Ectistas

Prezados Senhores,

Associação Nacional dos Trabalhadores da ECT foi criada em 2005, no intuito de garantir uma participação efetiva dos trabalhadores nas políticas de gestão da ECT, com proposições de melhorias nas relações internas, que garantam maior participação dos Correios no mercado postal e logístico, gerando melhor qualidade de vida a seus associados e a sustentabilidade da ECT.

Considerando estar em andamento uma Comissão Paritária para discutir melhorias no Plano de Saúde dos Correios, esta Associação teve a responsabilidade de desenvolver relatório técnico sobre o tema para subsidiar os trabalhos em andamento, o qual apresentamos a seguir.

Relatório Postal Saúde – Uma Análise Comparativa de Números

Nos últimos dois meses muito se têm falado sobre o plano de saúde dos Correios e da Postal Saúde. Têm sido intensos os trabalhos pela Comissão Paritária para avaliar e definir os rumos do plano de saúde e da sua forma de gestão.

Visando colaborar nos trabalhos em andamento, buscamos efetuar uma análise comparativa dos resultados da Postal Saúde em relação a outras Caixas de Assistência e de porte similar, além de comparar os resultados da própria entidade nos exercício de 2015 e 2016.

A base de informações analisada foram às documentações disponibilizadas pela Comissão Paritária por meio do site da FENTECT, dados de balancetes disponibilizados no site da ANS, publicações do DERIC e dados dos sites dos Correios e Postal Saúde.

1) Despesas Assistenciais e Despesas de Pós-emprego em Saúde

Nossa primeira análise refere-se ao comparativo sobre a despesa assistencial e de pós-emprego de saúde. Nas apresentações realizadas, durante o andamento da Comissão Paritária tem-se falado num aumento significativo de despesas assistenciais dos Correios nos últimos anos.

Bem, sobre este ponto, em pesquisa às publicações sobre as demonstrações financeiras dos Correios e da Postal Saúde, temos o seguinte cenário sobre a despesa dos Correios referente às duas rubricas:



Associação Nacional dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos

Tipo Despesa	Valores em mil R\$ - Modelo contábil Anterior (1)			Valores em mil R\$ - Modelo contábil Atual (2)	
	2012	2013	2014	2015	2016 (desp. Acum até out + proj. dezembro)
Assistencial (saúde + odont.)	860.636	1033.989	1097.288	1475.580	1.700.000 (3)
Pós-Emprego	Não Contabilizado (4)	Não contabilizado (04)	6.214.526	5.917.519	A calcular
Total:	860.636	1033.989	7.311.814	7.393.099	A calcular

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Correios (2012, 2013, 2014, 2015) e balancete trimestral Postal Saúde - ANS

Obs. (1): Despesa Assistencial contabilizada na competência da emissão da Nota Fiscal(NF) do credenciado.

Obs. (2) : **Despesa Assistencial contabilizada na competência do momento do atendimento na rede hospitalar e não mais por NF(s) emitidas, conforme orientado pela auditoria independente. Deste modo, em jun/2015, houve ajuste na contabilização do plano de saúde, conforme Comunicação/VIFIC-001/2016. Observa-se que a alteração do procedimento contábil representou um adiantamento de despesa de pelo menos um ciclo de 60 dias faturamento (aproximadamente R\$ 230 milhões).**

Obs.(3): Considerando a informação de previsão de despesa da ordem de R\$ 1,82 bilhões, deduzida a participação dos empregados de 7%.

Obs.:(4) A despesa pós-emprego de saúde passou a ser contabilizada nos Correios somente em 2014.

Numa análise simplória dos números, sem observar a inflação do período, constatamos um aumento nominal de 20% de 2012 para 2013, de 6,1% de 2013 para 2014. No exercício de 2015, descontada a influência da alteração do modelo contábil teríamos um aumento de 13,5% de aumento nominal. Considerando as projeções realizadas pela Postal Saúde, para a despesa de 2016, teríamos um aumento nominal da ordem de R\$ 15%.

Observando-se a despesa de pós-emprego, constatamos uma redução de R\$ 297 milhões entre 2014 e 2015, ou seja, aproximadamente 4,8%. Considerando os valores nominais de despesa assistencial adicionada a despesa de pós-emprego, teríamos um aumento percentual de somente 1,1% do somatório das referidas rubricas. Se descontarmos ainda o efeito contábil da alteração de metodologia contábil ocorrida em junho/2015, o valor da despesa total de saúde em 2015 seria da ordem de R\$ 7.163.099, ou seja, inferior em R\$ 148.715,00 em relação a despesa total de 2014.

Numa análise mais detalhada dos dados comprova-se facilmente que a despesa de saúde per capita no período foi reduzida, ou seja, o custo real (deflacionado) foi reduzido no período de 2014 a 2015.



Este fato é facilmente comprovado, verificando-se os Pareceres de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras do período 2014 e 2015, conforme descrito abaixo:

“Conforme descrito na nota 15.1, nas demonstrações financeiras está reconhecida a obrigação atuarial de benefício pós-emprego no plano de saúde, sendo a variação do exercício de 2013 para 2014 não foi relevante, embora tenha havido um acréscimo de participantes no plano, conforme nota 15.1.1.3. Na nota 15.1.1.6, as principais premissas que justificam o fato de não ter havido acréscimo relevante são representadas pela redução na taxa de rotatividade, pelo aumento na taxa de descontos e pela redução na despesa médica média da última faixa etária do vetor de custo, que correspondem a premissas altamente sensíveis, iguais à taxa de crescimento real dos custos com saúde”. CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES 2014

“Conforme descrito na nota 14.1, nas demonstrações financeiras está reconhecida a obrigação atuarial de benefício pós-emprego do plano de saúde, sendo que a variação do exercício de 2014 para 2015 representou uma redução da obrigação. Na nota 14.1.1.6, as principais premissas que justificam a redução são apresentadas pela taxa de juros real de desconto e pela taxa de crescimento real das despesas médicas”. CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES 2015

Ressalta-se que os percentuais de aumento, efetivamente ocorridos entre 2013 ao projetado para 2016, estão bem abaixo dos percentuais divulgados internamente nos canais de Comunicação dos Correios (28,6%), sinalizando uma distorção de números para justificar ou criar alarmismos sobre a inviabilidade do plano de saúde (CorreiosSaúde).

Ademais, a divulgação de indicador econômico de saúde como o VCMH/IESS é totalmente inadequada para qualquer projeção séria sobre projeções de custos de saúde no Brasil, pois é sabido no mercado que este indicador é financiado pelas Operadoras Privadas de Plano de Saúde por meio do IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, sendo este número superestimado para justificar pedidos de reajuste dos valores dos Planos de Saúde Privados junto à Agência Nacional de Saúde – ANS.

Os indicadores oficiais para inflação de saúde inflação no Brasil no período de 2015, utilizados para projeção de despesa registram os seguintes percentuais:



Indicador de saúde	% de inflação do setor
FIPE Saúde	10,13%
IGP – Saúde (FGV)	8,97%
INPC Saúde (IBGE)	10,86%
IPCA Saúde (IBGE)	11,75%
Teto de reajuste autorizado pela ANS nos Planos Saúde 2016	13,57%
Taxa de inflação Anual utilizada pela Consultoria Gama Filho para cálculo de pós-emprego dos Correios	11,28%

Fonte: Sites das Instituições citadas

Conforme demonstrado no quadro acima, aparentemente os Correios estão divulgando um índice de inflação superestimado, com o intuito de justificar a inviabilidade do plano de saúde da empresa, além de difundir a tese de gestão incompetente em 2015.

No tocante ao aumento da despesa assistencial do plano de saúde no período de 2016, para efeito comparativo de resultados com outras entidades de Autogestão, apresentamos o quadro abaixo, com dados extraídos da ANS referente ao período acumulado até outubro/2016, observando o percentual de 22,9% de idosos na modalidade de autogestão.

Nome da Operadora	Desp. Assistencial (saúde + odont)	Varição da Despesa 2015 x 2016	% de Idosos no plano	% de Idosos na Modalidade Autogestão
Postal Saúde	1.283.120.830,00	20%	23,3%	22,9%
Cassi	2.862.786.211,00	9,40%	21,7%	
GEAP	2.289.184.344,00	10,10%	46,9%	

Fonte: ANS

No comparativo de variação e despesas das 03 grandes entidades de autogestão de saúde do país, percebe-se que o plano de saúde dos Correios **teve o dobro de aumento de despesa percentual que as outras duas Caixas de Assistência, sinalizando para uma provável gestão inadequada da operadora no período de 2016.**

As justificativas apresentadas pelos Correios em seus canais de Comunicação (Primeira Hora, AC – DERIC, entre outros) para o crescimento de despesa acentuado no exercício de 2016, tem sido:

- 1) Inflação do setor de 19,3% (índice VCMH/ISS) – conforme já tratamos anteriormente, os Correios estão utilizando um índice equivocado, além de ser superestimado em relação aos índices oficiais do segmento. Os indicadores oficiais de inflação no segmento estão no intervalo de 9% a 11,75%.



- 2) Aumento no uso do plano de saúde - segundo as publicações dos Correios ocorreu aumento da quantidade de usuários e da utilização do plano. Sobre este ponto, podemos questionar a informação, pois no período de 2016, **conforme publicações da ANS, o número de usuários dos CorreiosSaúde foi reduzido em 0,46%**, ou seja, mais de 3.000 beneficiários. Se ocorreu aumento, este fato deve-se não ao número de beneficiários mas sim a **descontinuidade de programas de saúde como o periódico de saúde (PCMSO), o Plano de Medicamentos (PBM) e, principalmente aos efeitos do terrorismo feito junto aos empregados pela ECT sobre a extinção do Plano de Saúde.**

- 3) Envelhecimento da população – sobre este dados, podemos questionar a justificativa de aumento da despesa, pois: **(a) o número de idosos no Correios (23,3%) está dentro do percentual médio de idosos na modalidade no Brasil (22,9%); (b) as outras autogestões tiveram uma variação anual de despesa na ordem de 50% menor que a Postal Saúde, tendo um percentual de idosos igual (CASSI – 21,7%) ou muito maior (GEAP – 46,9%).** Ou seja, o envelhecimento da carteira dos Correios não serve para justificar **um desempenho tão ruim no aumento da despesa em 2016, pois não houve aumento do número de idosos no período de 2014 a 2016.**

Utilizando o pretexto de gastos excessivos pelos dependentes “pais e mães” e a suspensão dos Correios Saúde na Agência Nacional de Saúde (fato ocorrido desde 2011), a Postal Saúde e os Correios em 2016, começaram uma **campanha de comunicação interna mentirosa**, informando aos empregados que a inclusão de novos dependentes (pais) estava proibida pela ANS, não podendo ser mais efetuada. **Ocorre, entretanto, que ao contrário do divulgado pela empresa, os planos de saúde suspensos, conforme regulamentação da ANS, somente não podem ser mais comercializados, ou seja, aceitos novos titulares.**

Como esta regulamentado no CorreiosSaúde o atendimento de beneficiários (pais), o mesmo é tratado pela ANS como um contrato celebrado entre a operadora e o beneficiário, não podendo ser alterado de forma alguma. **Caso algum empregado, tenha sido impedido de incluir seus dependentes, pode acionar a ANS por meio NIP (Notificação de Investigação Preliminar - Disque ANS 0800 7019656) de reclamação para garantir seu direito.** Caso a Postal Saúde não venha atender ao processo, haverá aplicação de penalidade de multa sobre a operadora.

No tocante a despesa de pós-emprego de saúde, para efeito comparativo, temos somente duas empresas que podemos utilizar como parâmetro de comparação com os Correios (Autogestão por Caixa de Assistência), sendo elas o Banco do Brasil (Autogestão por Caixa de Assistência) e a Caixa Econômica Federal (Autogestão por RH). Segue abaixo quadro comparativo de despesa pós-emprego de saúde:



Empresa	Nº de empregados	Média de Remuneração Mensal R\$	Despesa Assistencial 2015 em mil R\$	Despesa de Pós-Emprego de Saúde 2014 em mil R\$	Despesa de Pós-Emprego de Saúde 2015 em mil R\$
Correios	118.258	3.300,00	1.475.580	6.214.526	5.917.519
Caixa Econômica	99.407	9.800,00	1.053.049	9.346.949	12.068.398
Banco do Brasil	101.528	8.700,00	976.675	5.830.331	6.245.098

Fonte: Demonstrações Financeiras das empresas 2015

Conforme se observa, os valores da despesa pós-emprego de saúde entre as diferentes entidades, demonstra que a opção por Caixa de Assistência (Banco do Brasil e Correios) apresentou uma grande vantagem em comparação ao modelo de gestão por RH (Caixa Econômica), sendo inferior em 50%, ou seja, quase R\$ 6 bilhões.

No caso dos Correios, se tivéssemos uma despesa de pós-emprego de saúde, no patamar da Caixa Econômica Federal, a ECT teria ficado com seu Patrimônio Líquido (PL) negativo em 2014, ficando enquadrado no grupo de empresas com capital a descoberto junto ao Ministério do Planejamento. Entretanto, após a implantação da Postal Saúde, observa-se que o patamar é o mesmo do Banco do Brasil.

Sob o ponto de vista de volume de despesas de pós-emprego de saúde, a opção adotada pelos Correios em 2013 pelo modelo de Caixa de Assistência mostrou-se adequada.

2) Despesas Financeiras e Administrativas

Realizamos comparativo sobre a despesa financeiras e administrativas no período de 2015 a 2016, identificando aumento em relação ao período anterior, em que se pesem as furtas comunicações/publicações da empresa ao longo do ano de 2016 sobre as ações de redução/otimização de despesa administrativa. Segue abaixo, quadro comparativo.



Despesa Financeira 2015 x 2016

Descrição da Despesa	Valor em R\$ acum até out/2015	Valor em R\$ acum. Até out/2016	Variação no período em R\$	Variação em %
Total da Despesa Financeira	2.633.641,54	3.760.756,15	1.127.114,61	42,8%
Subitens da conta financeira que merecem destaque				
Imposto de Renda	961.401,81	1.522.134,95	560.733,14	58,32%
IOF	624.970,27	1.389.729,45	764.759,18	122,37%
Despesas diversas	356.070,79	515.742,48	159.671,69	44,84%

Fonte: Balancetes trimestrais da Postal Saúde disponibilizados no ANS 2015 e 2016

Na comparação dos períodos, constata-se um aumento acentuado das despesas financeiras totais da ordem de R\$ 1,12 milhões, ou seja, uma elevação de 42,8% em relação ao mesmo período de 2015.

No detalhamento das contas, destacam-se os elevados aumentos de despesas referentes ao imposto de renda (IR) (58,32%) e despesas de IOF (122,37%). Essas despesas são referentes às operações resgates para fluxo de caixa de aplicações financeiras.

Considerando não ter ocorrido no período elevação dos percentuais de impostos, pode-se concluir que a gestão financeira da Postal Saúde efetuou movimentação financeira (resgate de aplicações) em prazos inadequados, aumentando a incidência de cobrança de IOF e IR, sinalizando desta forma, uma gestão financeira fragilizada.



Despesa Administrativa 2015 x 2016

Descrição da Despesa	Valor em R\$ acum até out/2015	Valor em R\$ acum. Até out/2016	Variação no período em R\$	Variação em %
1) Total da Despesa Administrativa	138.560.823,52	144.165.079,31	5.604.255,79	4,04%
Subitens da conta administrativa que merecem destaque				
1.1) Total de Despesas com pessoal	56.005.436,21	59.613.036,89	3.607.600,68	6,44%
Despesas com empregados próprios	20.488.267,29	24.184.997,66	3.696.730,37	18,04%
Gratificações	3.011.780,60	4.038.191,89	1.026.411,29	34,08%
Indenizações (aviso prévio)	148.919,62	1.012.454,01	863.534,39	579,87%
Encargos Sociais	7.395.681,40	9.325.091,56	1.929.410,16	26,09%
Vale Alimentação	2.767.244,60	3.837.369,42	1070.124,82	38,67%
Despesa com pessoal cedido pelos Correios	23.508.945,65	16.906.513,79	(6.602.431,86)	-28,08%
Despesa com Instrução	157.426,74	78.459,36	(78.967,38)	-50,16%
1.2) Despesas com Serviços de Terceiros	61.779.764,43	62.203.432,75	423.668,32	0,69%
Honorários Advocatícios	197.305,82	378.112,79	180.806,97	91,64%
Honorários de Auditoria	6.243.086,15	6.811.636,61	568.550,46	9,11%
Honorário de Consultoria	851.873,61	722.989,02	(128.884,59)	-15,13%



Honorários de serviços técnicos	48.763.725,99	47.173.030,89	(1.590.695,10)	-3,26
Despesas diversas	5.613.372,05	7.068.081,90	1.454.709,85	25,92%
1.3) Despesas com Localização e Funcionamento	15.774.009,07	17.749.821,21	1.975.812,14	12,53%
Aluguel	4.443.061,13	7.676.516,46	3.233.455,33	72,78%
Água, Luz e Gás	100.176,08	419.848,99	319.672,91	319,11%
Despesas com expediente	377.800,31	145.886,22	231.914,09	-61,39%
Despesas com locomoção	1.862.224,83	580.780,55	1.281.444,28	-68,81%
Despesas com Comunicação	5.928.886,29	5.012.738,03	916.148,26	-15,45%
Despesa com publicidade	3.287.788,42	667.065,81	2.620.722,61	-79,71%
Despesas Diversas	1.146.295,61	2.963.054,48	1.816.758,87	158,49%
1.4) Despesas Patrimoniais – Prejuízo na alienação ou baixa de ativo	80.390,71	1.798.610,48	1.718.219,77	2137,34%

Fonte: Balancetes trimestrais da Postal Saúde disponibilizados no ANS 2015 e 2016

Numa avaliação rápida sobre o total das despesas administrativas, consta-se um aumento de R\$ 5,6 milhões no período, ou seja, 4,04%. Considerando a ampla divulgação dada pelos Correios internamente (Grupo de Trabalho de Despesa de Redução de Despesa – PRT/PRESI 116/2015, Correios Informa e Primeira Hora) sobre as grandes ações para reduzir a despesa administrativa da Postal Saúde, constata-se que o seu resultado foi pífio, tendo na verdade registrado um pequeno aumento no período.

Entretanto, é necessário fazer uma análise nas subcontas que compõe o grupo das despesas administrativas para avaliar onde foram realizados os cortes ou aumentos de despesa para uma avaliação qualitativa da gestão da entidade.



No tocante a despesa de pessoal, observamos que ocorreu um aumento geral de R\$ 3,6 milhões (6,44%), o qual foi composto por:

- a) Pessoal contratado pela Postal Saúde – **crescimento da despesa em R\$ 3,69 milhões (18,44%), ocorrido principalmente pelo aumento de efetivo de 451 empregados (dez/2015) para o teto superior de 520 empregados (maio/2016). Somente em agosto/2016, o quadro de efetivo retornou aos patamares de 2015;**
- b) Gratificações – as gratificações no período aumentaram em R\$ 1 milhão (34,08%) em relação a 2015, sinalizando ter ocorrido acentuado incremento deste tipo despesa;
- c) Indenizações (Aviso Prévio): **crescimento de despesa de R\$ 864 mil (579,97%) provocados por demissões generalizadas para realizar substituição de empregados, lembrando sempre, que o efetivo nunca foi reduzido, somente substituído e aumentado. Sobre este ponto, cabe destacar a denúncia realizada junto ao MPU em junho/2016 sobre a contratação/substituição de pessoal sem critérios técnicos ocorrida em 2016, ou seja, um verdadeiro cabide de emprego, contrariando o “senso comum” de que o cabide era na gestão passada;**
- d) Encargos Sociais – aumento de R\$ 1,92 milhões (26,09%) também provocados pelo efeito das demissões generalizadas, principalmente referente a despesas de multa de FGTS.
- e) Vale Alimentação – aumento de R\$ 1,07 milhões (28,08%) também provocado pelo efeito das demissões generalizadas, principalmente referente a impossibilidade de recolhimento do vale junto aos demitidos.
- f) Despesas com instrução – redução de R\$ 78,9 mil (50,16). Aparentemente o esforço da gestão da entidade foi focado em corte de despesas de treinamento de pessoal.
- g) Despesas de ressarcimento com pessoal cedido dos Correios – **Redução da despesa em R\$ 6,6 milhões (28,08%). A Diretoria da Postal Saúde no período de 2016, focou suas ações de redução de despesas de pessoal com corte acentuado do pessoal cedido pelos Correios para trabalhar naquela entidade. Foram reduzidos de 129 empregados (dez/2015) para 86 empregados (agosto/2016). Destaca-se porém que as vagas dos referidos empregados não foram cortadas, mas sim substituídas por empregados contratados pela Postal Saúde. Este processo ocorreu principalmente nos cargos gerenciais da Postal Saúde, conforme quadro a seguir:**

Quadro de Gestores	Gestores Empregados da ECT		
	2015	2016 (até nov)	%
Diretores	2	3	50,00%
Gerente Central	8	7	-12,50%
Coordenador Central	4	4	0,00%
Gerente URR (Regional)	25	2	-92,00%
Coordenador URR	15	7	-53,33%
Total	54	23	-57,41%

Fonte: Postal Saúde – Atas de DIREX



O quadro acima evidencia que na gestão atual de 2016 os gestores e trabalhadores dos Correios foram afastados da gestão da Postal Saúde, em detrimento a quadro externo, cujas contratações têm ocorrido principalmente por indicação política, conforme denúncia apresentada a Procuradoria da República e divulgada pelo SINTECT-SJO em junho/2016.

Sobre este ponto, ainda é relevante destacar que o discurso dos Correios é totalmente desconexo com a prática adotada internamente. A empresa vem anunciando um corte de funções generalizado para o início 2017, justificando-o pela falta de recursos para pagamento.

O procedimento adotado na Postal, ao invés de aproveitar os trabalhadores dos Correios, reduzindo a despesa para a ECT por meio de ressarcimento e garantindo o devido respeito profissional dos gestores da casa, atua em sentido contrário, dando guarida a permanência de indicados políticos de dirigentes (composta em alguns casos por namoradas, parentes, entre outras situações parecidas). A pergunta que fica é onde estão nossas associações e representantes que tanto falaram em meritocracia em gestões passadas?

Cabe ainda lembrar que, de janeiro a abril/2014 a Postal Saúde, descumpriu o Termo de Cessão celebrado dos junto aos empregados dos Correios, pois realizou as dispensas sem observar o período mínimo de aviso de 30 dias corridos. Este fato acabou gerando o pagamento de despesas em duplicidade, pois além de ter que pagar o salário para o empregado dos Correios houve o pagamento de salário para seu substituto, indicado politicamente.

As despesas totais com serviços de terceiros no período comparativo acumulado (out/2015 a out/2016), praticamente ficaram estabilizadas (aumento de 0,69%), cabendo destacar algumas rubricas que apresentaram maior variação:

- a) Honorários Advocatícios – aumentou de R\$ 197 mil para R\$ 378 mil, ou seja, 91,64%. O aumento deve-se principalmente pela troca de Escritório de Advocacia com preços mais elevados;
- b) Honorários de Auditoria – aumentou de R\$ 6,2 milhões para R\$ 6,8 milhões (9,11%). Aumento deve-se principalmente a atualização de preços pela inflação do período;
- c) Honorários de Consultoria – redução de R\$ 851 mil para R\$ 722 mil (3,26515,13%), referente ao encerramento de consultorias de suporte da Postal Saúde junto a ANS;
- d) Honorários de serviços técnicos (serviços operacionais) – redução de R\$ 48,7 milhões para R\$ 47,2 milhões (3,2%), referente a cortes de serviços e/ou renegociações de serviços operacionais;
- e) **Despesas Diversas – Aumento de R\$ 5,6 milhões para R\$ 7 milhões (25,92%), referente a aumento de despesas não identificadas no balancete da Postal, o que nos parece muito estranho e que merece esclarecimentos por parte da Postal Saúde.**
- f) **Despesas de Aluguel – aumento de R\$ 4,4 milhões para R\$ 7,1 milhões (72,78%). Ao contrário do divulgado pelos Correios, houve um aumento acentuado das despesas com alugueis na atual gestão. Este fato deve-se principalmente, à cobrança por parte dos Correios do espaço liberado em cessão onerosa a Postal Saúde, o qual deve ser cobrado pelo valor de mercado. Os Correios, objetivando não ter seu discurso desmascarado com**



a alegada economia na conta de alugueis da Postal Saúde, aprovou no final deste ano, conforme consta da 41ª Ata da REDIR, de 19/10/2016, nova política de cessão de espaços, definido a cobrança de somente 10% do valor real de mercado, Este fato comprova mais uma vez como os Correios vem atuando com contabilidade artificialmente (fictícia) para justificar seus objetivos/discursos. Sobre este procedimento, cabe esclarecer que o mesmo é totalmente ilegal, pois os Correios não podem subsidiar uma entidade que tem receitas próprias junto à outros patrocinadores e beneficiários, cabendo um posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU pela perda de receita por parte dos Correios;

- g) Água, luz, gás – aumento de R\$ 100 mil para R\$ 419 mil (319,11%). Um aumento tão acentuado nos parece ser fruto de desperdícios acentuados;
- h) Despesas com material de expediente – Redução de R\$ 378 mil para R\$ R\$ 145 mil (61,39%). Corte de material de expediente para uso diário dos empregados, a exemplo do que ocorre nos Correios, prejudicando o andamento dos serviços internos. Trata-se do que chamamos “economia de palito”;
- i) Despesas com Locomoção – Redução de R\$ 1.8 milhões para R\$ 580 mil (68,81%). Corte de despesas referente a locomoção e hospedagem principalmente, em decorrência da não realização do PCMSO em 2016. Destaca-se que para a realização do PCMSO, é necessário realizar várias deslocamentos para fiscalização e acompanhamento em todo o Brasil;
- j) Despesas com Comunicação (serviços de rede + Correios) – redução de R\$ 5,9 milhões para R\$ 5 milhões (15,45%), **efetuado com o corte maciço de utilização dos serviços de postagem junto aos Correios, gerando perda de receitas para a ECT;**
- k) Despesa com Publicidade – Redução de R\$ 3,2 milhões para R\$ 667 mil (79,71) – Corte de despesas referentes a postagem e impressão da Revista Postal Saúde e de outros manuais e livretos para distribuição junto aos empregados, diminuindo a transparência e acesso das informações e dificultando os beneficiários ao uso do plano por desconhecimento, além de reduzir receitas para os Correios;
- l) Despesas Diversas – Aumento de R\$ 1,14 milhões para R\$ 2,96 milhões (158,49%), referente a aumento de despesas não identificadas no balancete da Postal, o que nos parece muito estranho e que merece esclarecimentos por parte da Postal Saúde.

Sobre as despesas patrimoniais, no período houve aumento de R\$ 80 mil para R\$ 1,78 milhões, referente a ocorrência de prejuízo na alienação ou baixas de ativo (bens imobilizados) da Postal saúde, pela perda de investimento feitos.

3) Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa

Realizamos comparativo do acumulado do período de out/2015 a out/2016 sobre os demais dados contábeis e financeiros da Postal Saúde obtidos junto ao site da ANS. Segue abaixo quadro comparativo:



Balancete Contábil

Item	Valor out/2015 em mil R\$	Valor out/2015 em mil R\$	Variação
Ativo	456.390,92	586.808,80	28,58%
Ativo Circulante	433.338,41	556.521,57	28,43%
Adiantamentos a credenciados	19.543,88	28.343,25	45,02%
Passivo	456.390,92	586.808,80	28,58%
Passivo Circulante	305.154,63	429.210,00	40,65%
Provisão Ações Judiciais	15.533,37	28.231,85	81,75%
Patrimônio Líquido	135.702,91	129.366,94	-4,67%
Lucros/Prejuízos -	10.798,91	-6.694,71	-152,73%

Fonte: ANS

No tocante ao ativo, verificamos um crescimento de 28,58% referente principalmente do aumento do passivo dos Correios junto a Postal Saúde. Cabe destacar, o aumento acentuado de 45,02% referente a existência de adiantamentos de recursos junto a credenciados.

No tocante ao passivo, constatamos um aumento proporcional de 28,58%. A situação torna-se complicada, pois a maior parte do aumento do passivo se deu na conta de passivo circulante, ou seja, de rápida liquidez, a qual aumentou acentuadamente em 40,65%, ou seja, aumentou consideravelmente o volume de dívidas junto a rede credenciada, evidenciado às paralisações de atendimento em todo o Brasil, mesmo tendo ocorrido aumento do volume de repasses financeiros pelos Correios.

Destaca-se ainda, um aumento também acentuado a provisão por ações judiciais, as quais devem ter relacionamento às ações na justiça para cobertura de atendimento e/ou outros fatores.

O patrimônio líquido do período encolheu em quase 5%, ocasionado pelo registro de um déficit R\$ 6,94 milhões no período. Destaca-se que este é o primeiro déficit registrado pela Postal Saúde ao longo de sua existência.



Fluxo de Caixa

Período	Valor em mil R\$	Média Mensal de Repasse dos Correios em mil R\$
Valor acum. Jan. a dez/2015	1.651.008,00	137.584,00
Valor Acum até out/2016	1.579.000,00	157.900,00
Valor acumulado ser repassado em nov. e dez/2016.	250.603,00	-

Fonte: ANS e Programação Orçamentária Correios/2016

O fluxo de repasses financeiros efetuado pelos Correios para Postal Saúde em 2016 deve aumentar de R\$ 1,651 bilhões para R\$ 1,829 bilhões, ou seja, 10,8%, segundo a programação orçamentária. O valor médio mensal aumentou em cerca de R\$ 20 milhões (14,6%).

Os números demonstram que no período de 2016 aumentou o volume de recursos repassados dos Correios para a Postal Saúde, entretanto, o volume de dívidas junto aos credenciados teve uma aumento proporcionalmente maior, implicado em aumento acentuado de passivo circulante na ordem de 40% e em déficit no período.

O estranho nesta situação é ver divulgado no site da FINDECT a justificativa para cancelamento da greve geral em 14 de dezembro contra a falta de pagamento da Postal Saúde à rede credenciada, em função do acordo firmado pela pressão da entidade junto aos Correios que garantiu o repasse de R\$ 118 milhões para o Plano de saúde. Ora, que acordo desvantajoso foi negociado pela aquela representação sindical, considerando que os Correios têm repassado o valor mensal de R\$ 157 milhões/mês e agora o acordo prevê uma redução de quase R\$ 39 milhões/mês (25%).

Com o aumento do volume de repasses em 2016 e inconcebível que a dívida da Postal saúde tenha aumentado junto aos credenciados, chegando ao volume de quase R\$ 400 milhões, conforme publicações sobre o assunto nos Correios e Entidades Sindicais.

É certo que a gestão da Postal Saúde em 2016 tem sido incompetente em realizar as reduções de despesas divulgadas pela empresa, porém os números terem sido muito ruins no período levou a entidade a sair de uma posição superavitária 2015 para deficitária em 2016, inclusive com risco de intervenção fiscal na entidade pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

Observa-se, porém que o risco de intervenção pela ANS não traz risco a manutenção do Plano de Saúde, pois a agência reguladora iria intervir visando garantir somente os pagamentos a rede credenciada, efetuando a cobrança de valores junto aos Correios por via judicial.



4) PCMSO (Periódico Anual), Ambulatórios e PBM (Plano de Medicamento)

O corte total com as despesas relacionadas a estas 03 rubricas de saúde foram da ordem de R\$ 60 milhões até outubro/2016, ou seja, praticamente 61,60% do total. Sobre estes cortes, temos que analisar:

4.1) PCMSO

Em relação aos serviços de execução referente ao PCMSO em 2016, a Postal Saúde apresentou um fracasso total, pois não conseguiu realizar no período os 60 mil periódicos programados pelo prazo de vencimento, em que pese todo o corte realizado na grade de exames programados. Em 2016 o número de periódicos realizados foi praticamente nulo.

Observa-se que no período de 2015 foram realizados mais de 65 mil periódicos, possibilitando pela primeira vez a quase totalidade de atendimento da programação necessária.

O descumprimento da realização do PCMSO 2016, além de prejudicar os trabalhadores, põe os Correios em situação de alto risco financeiro, pois pode ser multado pelo valor de R\$ 900 por empregado com o periódico vencido, ou seja, um risco financeiro da ordem de R\$ 54 milhões, não considerando ainda as despesas prováveis em decorrência de ações trabalhistas perdidas em função da falta do PCMSO.

A falta de realização do periódico em 2016 com certeza aumentou o nível de despesas assistenciais por parte dos empregados (aumento de exames), além impedir a empresa de ter informações preciosas para desenvolver ações para melhorar a saúde ocupacional dos empregados em 2017.

Destaca-se ainda, que a falta do periódico em 2016, impede os Correios de avançar no processo de redução da alíquota de SAT (seguro do Acidente do Trabalho) e FAT (Fator Acidentário de Prevenção), atualmente de 3% sobre a folha total de pagamento. Caso os Correios tivessem realizado as ações de saúde ocupacional e de segurança do trabalho previstas, esta alíquota poderia ser reduzida para 1%, significando uma economia anual de quase R\$ 200 milhões a partir de 2017. Só a título exemplificativo, destaca-se que o Banco do Brasil atuando neste segmento obteve uma redução de despesas de R\$ 173,7 milhões em 2015, conforme consta na Prestação de Contas daquela empresa.

4.2) Ambulatório

O corte com as despesas de ambulatório próprios em 2016 foi da ordem de R\$ 11,95 milhões no período (60%). Destaca-se que contrariamente ao discurso adotado pela Postal Saúde como ação de melhoria programada, foram realizados cortes acentuados nas quantidades de ambulatórios existentes. Agora o discurso refere-se a reabertura dos ambulatórios viáveis em 2017, ensejando a necessidade de investimentos com ativos que haviam sido alienados com prejuízo.



4.3) PBM

O direito adquirido pelos empregados por meio de Acordo Coletivo de Trabalho para o de fornecimento de medicamentos foi inviabilizado no período de 2016, com as mudanças reais de regras no regulamento do plano, conforme apresentaremos a seguir:

Quadro Comparativo entre PBM 2015 x 2016

Serviço	Modalidade Seguro (2015)	Modalidade Reembolso (2016)
Beneficiários Potenciais	140.000	140.000
Acesso ao Benefício	<ul style="list-style-type: none">- 8.000 farmácias conveniadas;- Reembolso em 07 dias úteis para aquisição de medicamentos em qualquer farmácia do país;- Entrega de Medicamento em casa;- 0800 para orientação farmacêutica;- Serviço de SMS para programação de medicamentos	<ul style="list-style-type: none">- Reembolso em tempo médio de 45 dias
Medicamentos	<ul style="list-style-type: none">- Medicamentos gratuitos da listagem do governo;- Medicamentos tarjados de marca com 50% do preço do balcão;- Medicamentos tarjados genéricos com 60% de desconto do preço de balcão;- Exclui não tarjados, oncológicos e disfunções eréteis	<ul style="list-style-type: none">Medicamentos tarjados de marca com 50% do preço da tabela PMC (Preço Máximo ao Consumidor)- Medicamentos tarjados genéricos com 60% de desconto da tabela PMC (Preço Máximo ao Consumidor)Exclui não tarjados, oncológicos, antirretrovirais, antineoplásicos e disfunções eréteis.
Forma de Pagamento	<ul style="list-style-type: none">- Desconto em folha com média de 60 dias somente para empregados	<ul style="list-style-type: none">- Pagamento à vista com



	com margem; - Pagamento a vista com reembolso em conta corrente	reembolso em conta corrente.
Valor coberto para compra de medicamento	- Limite mínimo de R\$ 280,00 para empregados sem margem de desconto em folha. Obs.: Empregados sem margem não eram cobrados pelos medicamentos. - Limite máximo de R\$ 1560,00 para empregados com margem de desconto em folha.	Não informado, considerando somente modalidade reembolso
Média de usuários sem margem de desconto em folha	67.000	67.000
Média Mensal de usuários	Mínimo de 7.000 e teto de 11.000/mês em 2015 por meio de uso do cartão. Média de 80 Reembolsos/mês	Média de 470 (reembolsos acumulados até outubro de 4.700 reembolsos.
Despesa Mensal	R\$ 4.400.000,00	R\$ 116.637,71

Fonte; Regulamento dos Manuais em 2015 e 2016.

As informações constantes do quadro acima mostram bem a real diferença entre a modalidade de serviço de seguro medicamento da modalidade de reembolso. Na modalidade de seguro temos uma quantidade muito maior de usuários, pois o plano é baseado no conceito de mutualismo, proporcionando aos usuários de baixa renda (quase 67 mil empregados sem margem de desconto) o fornecimento de medicamentos gratuitos e/ou fornecidos sem desconto em folha de pagamento.

Na modalidade reembolso, somente empregados com maior renda e conhecimento do processo podem utiliza-lo plenamente, pois empregados sem salário não tem condições financeiras de adquirir medicamentos e aguardar o reembolso parcial num prazo de mais de 30 dias médio. Desta forma, o plano de reembolso simples acaba sendo excludente aos empregados com menores remunerações, ou seja, a maioria nos Correios.

Na impossibilidade de recursos financeiros para a aquisição de medicamentos, os empregados acabam sendo obrigados a utilizar a medicação em ambiente hospitalar (gratuita para



o empregado), sendo esta uma das razões para os relevantes aumentos de uso de consultas e de despesas ambulatoriais em hospitais em 2016.

Estudos indicam que um plano de medicamentos de amplo acesso e facilidade reduz em média 7% das despesas anuais de consulta de medicamentos em ambiente hospitalar.

Cabe destacar ainda, que a alteração do Regulamento do PBM ocorrida em 2016 foi totalmente ilegal, pois foi contrário o direito adquirido dos empregados no Acordo Coletivo de 2015, além de ter sido efetuada sem a devida aprovação pelo Conselho Deliberativo da Postal Saúde.

5) Da Governança

Sobre os números e análises apresentadas acima, podemos concluir que os Correios vem deliberadamente tentando apresentar informações distorcidas aos trabalhadores, para justificar cortes de direitos - “o chamado bode na sala”.

Além disso, podemos concluir ainda o papel de conivência exercido pelo Conselho Deliberativo e Fiscal da Postal Saúde (indicados e eleitos), que não divulgam os números da entidade e vem aprovando ou apoiando a substituição maciça de empregados dos Correios naquela entidade, favorecendo a manutenção do cabide de indicações políticas em detrimento da valorização e meritocracia interna.

Evidenciando este processo, os Correios fugindo ao modelo de governança responsável aprovou por meio de REDIR em 2016 (Ata da 22ª REDIR/2016), que os dirigentes da Postal Saúde poderão ser de fora da empresa, ou seja, deliberando em total desrespeito ao Estatuto da Postal Saúde, uma vez que qualquer alteração no mesmo precisa ser realizada em Assembleia com a participação dos empregados.

A falta de governança é completa, evidenciada pelas aprovações em REDIR de procedimentos irresponsáveis e ilegais, trazendo prejuízos para os Correios em ações trabalhistas e/ou perda de mercado.

No que diz respeito à ECT e sua obrigação legal de controlar/supervisionar suas coligadas, conforme as boas práticas de governança corporativa e a nova Lei de Responsabilidade das Estatais, vale a pena citar o Relatório de Auditoria Anual de Contas 201602617 emitido pela CGU, onde destaca-se:

“Item 2.1.1.6 – Informação – Ausência de determinação à Unidade de Auditoria Interna, para apuração prioritária e tempestiva dos fatos relacionados a reclamações de empregados da ECT sobre a assistência à saúde, prestada pela Postal Saúde (p. 48)”

“Item - 2.1.1.8 - Constatação - Indicação do auditor chefe da Unidade de Auditoria Interna para o desempenho de atribuições de Conselheiro Fiscal da Postal Saúde, em inobservância a



vedações constantes da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesse no exercício do cargo ou emprego público. (p.57)”

Em relação à Unidade de Auditoria Interna da ECT, órgão central para a garantia da boa governança dos Correios, a CGU, no mesmo relatório, afirma:

“Quanto à atuação da Auditoria Interna (AUDIT), verificou-se que o desempenho da Unidade não tem permitido suficientes avaliações sobre a qualidade dos controles internos dos diversos macroprocessos de gestão, visto o reduzido quantitativo de relatórios expedidos nos exercícios e a baixa qualidade dos relatórios em termos de abrangência e profundidade dos exames e de suas recomendações. (p.8)”

Indaga-se então:

- Como um órgão de auditoria que consome somente em orçamento de funções gratificadas mais de R\$ 2,5 milhões/mensais, contendo em seus quadros cerca de 200 empregados, conclui apenas 02 Relatórios de Auditoria em 2015?

- Por qual motivo, contrariando tudo aquilo que preconiza o COSO, a Lei de Responsabilidade das Estatais, as melhores práticas de Auditoria previstas no IPPF (Red Book) e a Lei Sarbanne-Oxley, apenas para citar algumas referências, o Sr. Marcos Cesar Alves Silva assumiu a função de coordenador do Comitê de Auditoria da ECT?

- Independentemente da absurda irregularidade já descrita no item anterior, quais as razões para que o Sr. Marcos Cesar Alves Silva, coordenador do Comitê de Auditoria, não tenha tomado nenhuma providência acerca das notórias irregularidades envolvendo a auditoria, que se traduz em um absurdo desperdício de dinheiro público?

- Por que o conselheiro eleito não se manifesta sobre as indicações de empregados da Auditoria para o Conselho Fiscal da Postal Saúde, sendo que o órgão de controle (CGU) apresentou parecer conclusivo no relatório supramencionado? Observando-se principalmente, a existências denúncias de nepotismo em relação a contratação de parentes de Auditores dos Correios na Postal Saúde com conivência de sua chefia da AUDIT.

- Por que a direção da ECT e/ou o Conselho de Administração não tomaram qualquer providência acerca da convocação de 42 empregados lotados em outras localidades para realização de trabalhos em Brasília, logo após a publicação do Relatório da CGU, trazendo para a já combatida organização um custo absolutamente desnecessário – considerando que somente em Brasília a Auditoria conta com quadro de 80 empregados?

Isto evidencia como a governança dos Correios piorou acentuadamente no último ano, inclusive em relação a indicação de representantes/dirigentes figurativos em suas patrocinadas.

O quadro de descontrole é tão acentuado que, a título exemplificativo, apresentamos a seguir quadro com as contratações realizadas por reconhecimento de dívida em 2016 pelos Correios:



Ano	Quantidade de processos de Reconhecimento de dívidas (Prestação de serviços ou fornecimento de bens sem contratação)
2013	09
2014	13
2015	40
2016 (acumulado até outubro)	2.012, sendo 1823 de locações de imóveis e o restante (189) de prestação de serviços/bens

Os Correios vêm omitindo ou distorcendo informações à Comissão Paritária do Plano de Saúde, por meio de apresentações em PowerPoint, cujos dados não respondem aos registros oficiais daquela entidade junto a Agência Nacional de Saúde e Demonstrações de Resultados da ECT.

O DESAU/VIGEP como órgão gestor da patrocinadora do plano de saúde, até o presente momento, não conseguiu apresentar proposições que tenham dado resultados para saúde assistencial e ocupacional para o empregado, com isto, prejudicou também a empresa financeiramente com altas despesas no SAT/FAT, além de apresentar informações distorcidas aos órgãos competentes. Exemplos não faltam, como já citado anteriormente no caso do Banco do Brasil que obteve economia de quase R\$ 200 milhões nesta rubrica.

Observa-se que a gestão dos Correios e da Postal Saúde tem atuado cegamente em direções desastradas para redução de despesas sem nenhuma efetividade, terrorismo generalizado junto aos empregados para justificar cortes de direitos e sem apresentar soluções para gerar novas receitas. Mantendo-se neste caminho, os Correios caminharão aceleradamente para um processo de inviabilização da empresa, que acabará provocando sua privatização e demissão em massa de trabalhadores.

A ANATECT vem respeitosamente apresentar este estudo à Comissão Paritária do Plano de Saúde, no sentido de subsidiá-la com informações oficiais e importantes aos rumos dos trabalhos em andamento, colocando-se ainda a disposição para apresentação de propostas de melhorias e de sustentabilidade ao plano de saúde, como por exemplo, uma solução sem mensalidades para regularização dos Correios Saúde junto à Agência Nacional de Saúde – ANS.



6) Referência dos Dados:

6.1 Documentos disponibilizados da Comissão Paritária pela FENTECT

<http://www.fentect.org.br/noticia/comissao-paritaria-de-saude/>

6.2 Agência Nacional de Saúde - ANS

<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/demonstracoes-contabeis>
(arquivo para download de balancetes das operadoras de planos de saúde)

<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/sala-de-situacao> (Painel comparativa entre Operadoras)

<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/normas-mais-acessadas> (normas e regulamentos da ANS)

6.3 Postal Saúde

Revista Postal Saúde – várias edições 2014-2015

<http://www.postalsaude.com.br/transparencia/arquivos> (balanços e atas de reunião)

Manuais dos Planos de Saúde e do PBM disponibilizados aos beneficiários em 2014 e 2016.

6.4 Correios

<http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/atas-de-reunioes> (Atas de REDIR)

<http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/demonstracoes-financeiras/pdf/DemonstraesFinanceirasde2015.pdf> (Demonstração Financeiras e Balanço)

http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/demonstracoes-financeiras/pdf/copy_of_DemonstraesFinanceirasde2014.pdf (Demonstração Financeira e Balanço)

http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/demonstracoes-financeiras/pdf/Demonstracoes_fin_2013.pdf (Demonstrações Financeiras e Balanços)

http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/demonstracoes-financeiras/pdf/Demonstracoes_Financeiras_2012.pdf (Demonstração Financeira e Balanço)

<http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/relatorios/relatorios-de-administracao> (Relatório de Administração)



Associação Nacional dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos

<http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/demonstracoes-financeiras/pdf/ParecerAuditorialIndependente2014.pdf> (Auditoria independente Correios/2014)

<http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/demonstracoes-financeiras/pdf/RelatriodaAuditorialIndependentedede2015.pdf> (Auditoria Independente Correios/2015)

Várias notas publicadas nos canais de comunicação interna - Primeira Hora, DERIC – Publicações, Boletim Interno, Clipping, entre outros.

Acordo Coletivo de Trabalho de 2014, 2015 e 2016

6.5 Banco do Brasil

<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,136,7482,0,0,1,8.bb?codigoNoticia=53015&codigoMenu=198&codigoRet=413&bread=3&codigoNoticia=53015&codigoMenu=198&codigoRet=413&bread=3> (Demonstrações Financeiras)

<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2015/pt/01.htm> (indicadores gerais)

<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2015/pt/index.htm> (indicadores gerais)

6.6 Caixa Econômica Federal

<http://www.caixa.gov.br/Downloads/processos-contas-anuais-2014/relatorio-gestao-2014.pdf>

http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-demonstrativo-financeiro/DC_BrGaap_Div_Dez15_final.pdf

6.7 Publicações sobre a ameaça de paralisação da FINDECT

<http://findect.org.br/pressao-dos-trabalhadores-obriga-ect-a-apresentar-propostas/>

DIRETORIA ANATECT